

DICAS

INSTITUTO PÓLIS

IDÉIAS PARA A AÇÃO MUNICIPAL

DS Nº 173

2000

CENTRO DE EMPREENDIMENTOS RURAIS

Agricultores familiares podem ter acesso a melhor renda com programas que integrem capacitação em novas tecnologias com acesso a financiamento e ampliação das possibilidades de comercialização.

Ao mesmo tempo em que a agricultura transforma-se num complexo produtivo, integrando e articulando campo e cidade, persistem as dificuldades do agricultor familiar. Além de sofrer com a crescente concentração de terra, o pequeno agricultor não tem financiamento nem apoio técnico, e seu acesso aos mercados consumidores é restrito, pois exigem escala e padronização do produto beneficiado. Diante dessa situação surgem soluções de cunho público e local, como o Programa de Verticalização da Produção de Base na Agricultura Familiar (*Veja DICAS Nº 100*), implementado em Brasília-DF, os Centros de Vivência Agroecológico (Cevaes), implementado em diversos municípios mineiros, e as várias políticas de segurança alimentar (*Veja DICAS Nº 168*). No município de **Sacramento-MG** (20.781 hab.), a administração local preocupada com a questão do desenvolvimento rural, implementou o Centro de Empreendimentos Rurais (CER), para formar jovens empreendedores, fomentar e incubar pequenas agroindústrias e cooperativas e financiar planos de negócios desenvolvidos nos cursos de formação de jovens empreendedores.

HISTÓRICO

Depois da realização do Seminário de Avaliação Situacional, no qual o governo recém empossado e a sociedade civil organizada discutiram a situação sócio-econômica do Município, foram definidos objetivos de curto e médio prazos e estabelecidas as condições para se alcançar os objetivos propostos. Dentre outras ações, como a implantação do Orçamento Participativo (*Veja DICAS Nº 92*) e o Programa de Habitação Popular, foi criada a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente (Saama). Esta nova secretaria definiu como objetivos a geração de ocupação, trabalho e renda para as famílias de agricultores rurais, bem como o fortalecimento de unidades produtivas de base familiar. Foram criados 10 programas sob a coordenação dessa secretaria, dentre os quais: projeto de segurança alimentar, formação de jovens empreendedores, apoio e incentivo à pequena agroindústria, eletrificação rural, e incentivo à pequena agroindústria. Neste contexto, também foi criado o Centro de Empreendimentos Rurais (CER), espécie de unidade administrativa que articula vários programas da Saama. A idéia central do CER consiste em articular três programas:

a) Formação de jovens empreendedores (formação);
b) Apoio e incentivo à pequena agroindústria (fomento);

c) Fundo Rotativo Municipal (financiamento)
Foi definido inicialmente que, para participar dos cursos de formação do CER, as famílias deveriam ser indicadas por uma das 14 associações comunitárias existentes (ao todo são 700 famílias associadas). Não se tratou de uma medida para restringir a demanda, mas foi a maneira encontrada para fortalecer as associações e valorizar seus membros participantes.

Em seguida foram definidos os módulos do curso e os critérios de acesso do agricultor ao financiamento do Fundo Rotativo.

Além de oferecer o curso, também era preciso criar condições de fomento, de financiamento e de escoamento da produção.

Propiciar condições para fomentar novas unidades produtivas não foi difícil: bastou disponibilizar informações jurídicas e contábeis para abertura e manutenção da empresa, bem como uma

agenda de cursos, atividades e técnicas agrícolas, comerciais e gerenciais oferecidos na região, além de disponibilizar um veículo para deslocar os interessados até os locais de cursos e um telefone para acessar fornecedores de equipamentos e matérias-primas.

Quanto ao financiamento, havia necessidade de articular e mobilizar outros atores, tanto para o aporte de recursos quanto para a gestão do Fundo Rotativo.

A Prefeitura aportou recursos no Fundo Rotativo, após deliberação das instâncias do orçamento participativo.

O Fundo Rotativo é administrado por uma Associação Comunitária que recebe os recursos da Prefeitura depois que esta é autorizada pela Câmara Municipal a realizar a transferência. A Associação é obrigada a prestar contas da gestão do fundo, bem como de sua movimentação financeira para a Prefeitura, para a Câmara Municipal e para o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, como ocorre com as entidades beneficentes subvencionadas pela prefeitura.

LEGISLAÇÃO

A implantação do CER é de baixo custo e pode ser adaptada a qualquer município. Inicialmente, deve-se prestar a atenção em sua consolidação institucional, o que demanda negociação com a Câmara Municipal. Não se trata somente da implantação do CER e de garantir dotação orçamentária para a sua execução, mas principalmente, de articulá-lo com outras áreas, como a vigilância sanitária, que passou a fazer inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal e vegetal no município de Sacramento, e a exigir cadastro e registro das empresas alimentícias junto aos órgãos públicos municipais, o que pressupõe a regularidade junto aos órgãos estaduais e federais, e estabelece padrões mínimos de construção de agroindústrias.

Além de criar legislação específica de vigilância sanitária, os técnicos da prefeitura apresentaram à Câmara Municipal um projeto de lei sobre a criação do CER, que garante dotação orçamentária para a sua execução e define as pré condições para os participantes do programa solicitarem cré-

dito (apresentação do certificado de conclusão do Curso de Empreendimento Rural, e parecer técnico da Emater e da Saama, sobre a viabilidade econômica do Plano de Negócios). Essa legislação também define os beneficiários, e a forma de encaminhamento dos projetos; bem como determina as condições do convênio com a Associação Comunitária Rural da Divisa, responsável pela gestão financeira do Fundo Rotativo. Para garantir maior controle sobre a qualidade dos alimentos produzidos, esse decreto também estabelece a necessidade de que o pretendente ao crédito se submeta às normas de inspeção da Saama.

■ FORMAÇÃO E FINANCIAMENTO

Os cursos da *escola de formação* possuem uma seqüência metodológica: vivência, sistematização das atividades vivenciadas em grupo; conceituação, teorização e exemplos, a partir da vivência e da sistematização; exercícios e atividades práticas; e avaliação dos módulos, que estão divididos em nove partes – caracterização do empreendedor; criatividade (capacidade de criação, transformação e inovação no empreendimento); noções de planejamento; nivelamento de matemática; elaboração de projetos; mercado, marketing e processo decisório; organização da produção; custos; e aspectos contábeis e financeiros.

Ao final do curso cada aluno elabora um Plano de Negócios, que pode ser o próprio projeto de financiamento de sua agroindústria. Nem todos os alunos que fazem o curso desejam necessariamente o financiamento do Fundo Rotativo. A política de *fomento* consiste na disponibilidade

de uma estrutura física na qual o empreendedor pode usar telefones e tirar dúvidas sobre o plano de negócios e “legalização” de seu empreendimento.

Faz parte da política de fomento, o estímulo à qualificação técnica por meio da disponibilidade de veículos para transportar os interessados a outros municípios vizinhos onde são realizados cursos de interesse específico (fabricação de queijo, de ricota, alimentação bovina, fabricação de doces, dentre outros).

Para ter acesso ao *financiamento*, o agricultor deve ter realizado o Curso de Empreendimento Rural, em seguida deve solicitar um parecer técnico junto à Saama. Esse parecer aprova a parte descritiva, as planilhas de análise financeira e a planta arquitetônica com orçamento do Plano de Negócios, iniciado no Curso de Formação e finalizado com auxílio dos técnicos. Além de aprovar todos esses itens do Plano de Negócios, o parecer técnico também deve aprovar o valor solicitado (que gira em torno de R\$ 8 mil).

Em seguida, a Associação Comunitária Rural da Divisa, informada pelo parecer da Saama e da Emater, libera os recursos. A liberação dos recursos é realizada em duas parcelas: uma no ato da assinatura do contrato e outra quando a construção estiver pronta.

No ato da liberação do recurso é assinado um contrato e uma nota promissória com as condições de pagamento: prestações, taxa de juros, periodicidade, prazo, carência, bem como o cronograma de amortização do empréstimo.

Passadas as etapas da consolidação institucional, execução dos cursos de formação, fomento e o financiamento propriamente dito, já há agroindústria produzindo. E surge um novo problema: comercialização e escoamento da produção. A estratégia tem sido apresentar a

possibilidade da criação de cooperativas, como alternativa para compra de insumos e comercialização dos produtos.

■ DIFICULDADES

Uma primeira dificuldade que surgiu foi a resistência das famílias em participar de cursos para aprender novas técnicas, que se confrontavam com as técnicas tradicionais, aprendidas com os antepassados. Isto foi sendo superado na medida em que se comparava o incremento da produtividade agrícola e a otimização de recursos alcançados com a nova técnica, em comparação com as técnicas tradicionais.

Outra dificuldade foi a frustração vivida pelo agricultor que, mesmo tendo participado do curso, não visse alternativa melhores de renda. Uma necessidade fundamental foi articular o curso com outras iniciativas, como o financiamento e a organização de cooperativas que permita escoamento da produção e uma melhor remuneração para o produtor. Uma grande dificuldade foi conseguir recursos. Inicialmente, a prefeitura foi buscar recursos no Proger - Programa de Geração de Emprego - financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e no Pronaf. Mas, o município de Sacramento não possuía as características necessárias para acessar estas fontes de recursos. Os agricultores, então, se mobilizaram para buscar recursos junto às instâncias deliberativas do Orçamento Participativo. Foram revertidos para os programas da Saama R\$ 350 mil dos R\$ 500 mil destinados a novos investimentos. Destes R\$ 350 mil, R\$ 80 mil foram destinados ao Fundo Rotativo.

RESULTADOS

Alguns dos resultados importantes alcançados pelo programa foram a melhoria da capacidade organizacional dos agricultores familiares e das próprias comunidades. Além disso, abriu-se uma possibilidade para as famílias modernizarem suas tecnologias e processos de produção, permitindo um incremento da produção, com uma melhor utilização dos recursos naturais e humanos das unidades produtivas.

A verticalização do processo produtivo agrega maior valor à produção e, conseqüentemente, aumenta a renda do produtor. Há famílias que aumentaram em mais de 150% seus ganhos, quando deixaram

de produzir e vender leite e passaram a produzir e vender queijo.

A melhoria da capacidade organizacional das unidades familiares se expressa na melhor manipulação da produção em agroindústrias e maior conhecimento do processo produtivo, traduzidos em melhor qualidade dos produtos e maior

renda do produtor.

Além de melhorar a renda e o aproveitamento de recursos, o projeto favorece a articulação das pequenas unidades produtivas entre si. As cooperativas favorecem a compra coletiva de insumos necessários para o beneficiamento e embalagem dos produtos bem como permite a consolidação de uma mar-

ca com credibilidade junto ao mercado consumidor.

As metas anuais propostas inicialmente foram: formação de 40 alunos, apoio e financiamento de 30 empreendimentos. Formaram-se 40 alunos, foram apoiados e financiados 14 novos empreendimentos, ou seja, foram alcançadas 100% das metas de formação e, aproximadamente 50% das outras duas metas.

Esta foi uma das cinco experiências premiadas como destaque no ciclo de 2000 do Programa Gestão Pública e Cidadania, iniciativa conjunta das fundações Getúlio Vargas e Ford, com apoio do BNDES.

Inscriva sua experiência no VI Ciclo de Premiação do Programa Gestão Pública e Cidadania.

Maiores informações:

e-mail: inovando@fgvsp.br

telefone: (11) 281-7904

Autor: Eduardo de Lima Caldas, a partir de visita de campo realizada no âmbito do Programa Gestão Pública e Cidadania. Apoio: BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Instituto Pólis- Rua Cônego Eugênio Leite, 433 - São Paulo - SP - Brasil
CEP 05414-010 - Telefone: (011) 3085-6877 - Fax: (011) 3063-1098 -
e-mail: dicas@polis.org.br